PROJETO DE LEI Nº , DE 2012.

(Do Sr. Marcos Montes)

Acrescentam os parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 60 da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994 e cria-se a Empresa na Hora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 60 da Lei 8.934 de novembro de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60.....

§ 5º A empresa anteriormente declarada inativa pode também ser reativada mediante o regime de constituição imediata, mediante proposta de terceiro(s) sob a forma de sociedade empresária, sociedade simples, empresário individual e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI.

§ 6º As empresas constituídas nesta modalidade só poderão ser constituídas nas circunscrições das Juntas Comerciais que estejam vinculadas, e aqueles que forem constituí-las deverão obedecer aos mesmos procedimentos requeridos para constituição, exceto consulta de nome e cadastros fiscais que serão de pronto aproveitados.

§ 7º Nos termos dos § 5º e § 6º fica criada a Empresa na Hora, desde que declaradas inativas pelas Juntas Comerciais e pelos órgãos fazendários e não tenha se submetido a qualquer tipo de execução, condutas tipificadas como crimes, falência, recuperação judicial e encargos trabalhista”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata o presente projeto da possibilidade de constituir um novo sujeito de direito, Sociedade Limitada, Anônima ou até mesmo EIRELI, com base em empresas com nomes empresariais e Cadastros tributários (CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal) já baixados nos respectivos órgãos.

A matéria toma corpo e relevância na medida em que um ou mais investidores tem a plena necessidade de constituir uma nova empresa com agilidade, aproveitando oportunidades negociais importantes e conferindo um novo equilíbrio sócio econômico para toda a comunidade.

Vale destacar, inclusive, que o aproveitamento de toda a estrutura burocrática anteriormente constituída facilitará a consolidação da nova empresa. Com isso se reduz significativamente o processo burocrático podendo o país alcançar índices de eficiência semelhante a países desenvolvidos.

O procedimento, enfim, é realizado através da modalidade de reativação de registro que até hoje só era entendido ao antigo titular, e, através deste projeto, passa a abranger também terceiros que estejam interessados em constituir um novo negócio, com base em uma estrutura de nome e cadastro anteriormente constituída.

Deste modo cria-se a “EMPRESA NA HORA”, possibilitando que novos empreendedores possam montar o seu sonhado negócio estruturado em nomes e cadastros anteriormente criados.

Com a finalidade de manter a segurança jurídica, tal modalidade só poderá ser criada com empresas declaradas inativas pelas Juntas Comerciais, pelos órgãos fazendários, bem como aquelas que não tenham se submetido a qualquer tipo de execução, condutas tipificadas como crimes, falência, recuperação judicial ou trabalhistas ou até mesmo cometido algum ato que possa prejudicar terceiros e denegrir sua imagem.

Tal matéria é juridicamente viável, pois o ato de reativação da empresa já é consolidado na legislação atual, especialmente no artigo 60 da Lei

8.934/94, porém beneficiando apenas os antigos titulares, e sendo, portanto, omissa quanto a constituição por novos empreendedores, merecendo destaque a redação do artigo, e em especial ao seu parágrafo quarto:

Art. 60. *A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.*

§ 1º *Na ausência dessa comunicação, a empresa mercantil será considerada inativa, promovendo a junta comercial o cancelamento do registro, com a perda automática da proteção ao nome empresarial.*

§ 2º *A empresa mercantil deverá ser notificada previamente pela junta comercial, mediante comunicação direta ou por edital, para os fins deste artigo.*

§ 3º *A junta comercial fará comunicação do cancelamento às autoridades arrecadoras, no prazo de até dez dias.*

§ 4º *A reativação da empresa obedecerá aos mesmos procedimentos requeridos para sua constituição.*

O presente projeto visa, portanto, a constituição de novas empresas através do mecanismo de reativação de toda a estrutura daquelas que foram declaradas inativas, aproveitando o seu nome empresarial, título do estabelecimento, Número de Inscrição no Registro de Empresas - NIRE, e todos os cadastros de ordem fiscal, de forma a agilizar a sua criação.

Sendo essas as razões que nos levam a apresentar o projeto, pedimos aos nobres Pares o apoio necessário para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado MARCOS MONTES